

**acordo é ponto de partida,
não de chegada**

spn
INFORMAÇÃO



PROMOVER O DIÁLOGO NA COMUNICAÇÃO SINDICAL

A comunicação é um elemento central da existência humana, na medida em que é ela que transforma o Homem em sujeito, sempre que suportada no diálogo e na conscientização (Paulo Freire) – duas dimensões cruciais para que a informação não seja unidireccional; a conscientização ultrapassa o nível da tomada de consciência através da análise crítica para constituir-se em acção transformadora.

Neste sentido, a forma como se comunica não pode ser encarada de modo simplista. Quem é responsável pela comunicação não pode limitar-se a produzir conteúdos; tem de garantir que a informação é integrada num diálogo com o receptor, de modo a possibilitar a sua conscientização para mudar a realidade.

É neste paradigma que a informação sindical deve ser construída. Por isso, o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) tem procurado melhorar, a cada momento, o diálogo com (e entre) os professores – a questão que se nos coloca é como contribuir para que cada sócio seja capaz de criticar a informação sindical que recebe, de modo a ter uma acção mais influente sobre a realidade?

Vejamos o exemplo do acordo que a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) assinou com o Ministério da Educação. Independentemente do que cada um considere bom ou mau, todos reconhecem que foi o acordo possível e que foi assinado em contra-ciclo. Perante esta realidade, como deve o SPN comunicar com os professores? Que materiais produzir? A que suportes recorrer? O que dizer? Como?

Mas depois de reflectir sobre este momento, em que a Direcção se dirige aos sócios, temos de garantir que exista um outro – o verdadeiro espaço de diálogo –, em que os sócios se tornam o Sindicato no sentido mais nobre, e que tem sido uma marca de singularidade do SPN. As diferentes reuniões sindicais são disso expressão, mas não a única.

Nesta perspectiva, devemos trabalhar duas dimensões em simultâneo: produzir a informação que nos parece mais necessária, tendo em conta o conhecimento que temos da classe (não deixar de saber o que pensa, que informação tem, qual deseja ter) e, depois, identificar os canais mais adequados à interacção com e entre os sócios. No SPN, procuramos as mais eficazes formas de comunicar, experimentando os recursos disponíveis a cada momento. Por isso, estamos nas redes sociais que marcam o actual ambiente comunicacional: Twitter (<http://twitter.com/spnorte>) e Facebook (www.facebook.com/spnorte). Apareçam por lá! ▶

João Paulo Silva
Direcção do SPN

spn
INFORMAÇÃO

Director Abel Macedo · **Editor** António Baldaia · **Conselho de Redacção** Fernando Bessa, Henrique Borges, José Domingues, José Manuel Costa, Rogério Ribeiro
Colaborador Permanente José Paulo Oliveira

Design Gráfico Adriano Rangel · **Capa** Infografia Adriano Rangel · **Impressão** Lisgráfica, SA

Propriedade Sindicato dos Professores do Norte (SPN) · **Redacção e Administração** R. D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto · Tel.: 226 070 500 · Fax: 226 070 595/6
E-mail spninfo@spn.pt · **Site** <http://www.spn.pt>

Tiragem média 20.000 exemplares · **Registo no ICS** 109963 · **Depósito legal** nº 238855/06 · **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

Os artigos assinados não reflectem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direcção do SPN.

Um ponto de partida

Manuela Mendonça,
coordenadora do SPN



Nesta edição, tratamos com algum detalhe o acordo de princípios para a revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD) e do modelo de avaliação assinado entre o Ministério da Educação (ME), a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) e outras sete organizações. Mais do que repetir argumentos para justificar se se trata de um “bom” ou “mau” acordo, importa analisar se foi o melhor acordo possível no actual contexto e avaliar a importância da sua assinatura. Centrar-me-ei na segunda questão, sublinhando quatro razões que tornam relevante a sua existência.

1. A assinatura de um acordo para revisão de um ECD que nos foi imposto é, desde logo, o reconhecimento da justeza da luta que os professores travaram nos últimos anos.
2. O facto de a nova equipa ter conseguido um acordo com os sindicatos em pouco mais de um mês, prova que a responsabilidade do que alguns designaram como “divórcio total” entre os professores e os anteriores responsáveis do ME não era, afinal, dos sindicatos. A intransigência esteve do lado da ex-ministra Lurdes Rodrigues e do primeiro-ministro.
3. O acordo consagra alterações significativas ao estatuto em vigor. Desde logo, o fim da iníqua divisão dos docentes em duas categorias. Os professores e os educadores portugueses voltam a ter uma carreira única, com um mesmo conteúdo funcional; passam de uma situação em que 2/3 se viam administrativamente impedidos de atingir os escalões mais elevados para outra em que todos poderão chegar ao topo da carreira, ainda que uns mais tarde do que outros. Esta recuperação do princípio de carreira única é fundamental para a valorização da profissão docente – a manutenção da actual situação afastaria da profissão os melhores quadros, constituindo um decisivo factor de desqualificação da Escola Pública.
4. O acordo marca o início de uma nova era no relacionamento sindicatos-ME, abrindo perspectivas para a negociação de outras matérias de grande relevância, como os horários de trabalho, as condições de aposentação ou a administração e gestão das escolas e a Educação Especial.

Não há acordos ideais. Negociar é aproximar posições e trabalhar para encontrar as melhores soluções em cada momento. Soluções que são sempre de compromisso entre as partes. É natural, por isso, que o ponto de chegada, implicando cedências mútuas, não corresponda às propostas iniciais de nenhum dos interlocutores. E em muitos aspectos, o acordo não consagra as soluções que propusemos: defendemos, e continuaremos a defender, uma carreira mais curta e sem constrangimentos administrativos, uma avaliação sem quotas e com outra periodicidade e a contagem integral do tempo de serviço na transição de carreiras – para referir apenas três questões das muitas que não foram contempladas.

Como lhe competia, a Fenprof interveio de forma empenhada, e até à última hora, para conseguir o melhor acordo. Não podendo ignorar o contexto em que a negociação decorreu, e as dificuldades que o país atravessa, assumiu o acordo por considerar que, nas actuais circunstâncias, não seria possível ir mais longe e, apesar de tudo, o que foi consensualizado é importante para os professores.

É evidente que, quando comparado com as nossas (justas) reivindicações, o que conseguimos é pouco. Mas não devemos desvalorizá-lo. Porque ignorar as cedências que o ME foi obrigado a fazer é não reconhecer a importância da luta (exemplar) que os docentes desenvolveram nos últimos anos, sem a qual este recuo dificilmente se verificaria. E, também, porque pensar que se conseguiria mais se a discussão passasse para a Assembleia da República é irrealista, neste momento – basta atentar na posição do coordenador do Grupo de Trabalho do Estatuto da Carreira e da Avaliação de Desempenho, criado no âmbito da Comissão Parlamentar de Educação.

Em recente artigo de opinião, Emídio Guerreiro (PSD) criticava o secretário de Estado por admitir que todos os bons professores podiam chegar ao topo da carreira: “Todos os docentes podem e devem ter a expectativa de chegar ao topo. Mas nem todos lá chegarão. Deve-se garantir que apenas os melhores entre os melhores o conseguirão. E, para isso, os patamares da carreira devem ter requisitos específicos; não basta o tempo de serviço”.

Em síntese: para lá dos avanços relativamente à situação actual, a assinatura do acordo de 8 de Janeiro tem de ser vista como o primeiro passo de uma inversão das políticas educativas levadas a cabo nos últimos anos, contribuindo para a dignificação e valorização social dos professores e para a melhoria das condições de trabalho na Escola Pública, olhada como um espaço de liberdade e participação democrática, onde a pedagogia se imponha de vez à burocracia. ▶



Negociar é partir de posições distintas definidas pelas partes em confronto e tentar chegar a uma posição intermédia em que ambos os lados se revejam, uma posição em que o consenso estabelecido não signifique, para ninguém, capitulação ou abdicar por completo das suas posições de partida.

Esta explicação, que bebe muito do chamado senso comum, é universal em democracia e aplica-se aos mais variados contextos políticos e sociais e a matérias das mais simples às mais decisivas para os destinos da humanidade.

Em princípio, todos sabemos isso, mas, por vezes, esquecemo-nos, tanto mais facilmente quanto as matérias em questão nos são mais próximas. Nessas alturas, pensamos que, se o que defendemos é justo, a negociação só pode terminar quando o interlocutor ceder totalmente às nossas pretensões.

Engano. A vida não é assim. A vida não é a preto-e-branco. Tem vários tons de cinzento e, felizmente, muitas outras cores. A arte, aqui, talvez esteja em saber encontrar a cor mais apropriada a cada momento.

Negociar, afinal,

Vem isto a propósito de quê? Como não será difícil imaginar, a propósito do importante acordo que a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) e o Ministério da Educação (ME) estabeleceram no dia 8 de Janeiro.

Naturalmente, no acordo estão reflectidas margens de cedência: do ME, até agora inamovível nas suas posições de partida, e também da Fenprof, enquanto representante maior dos professores.

Não entrando na contabilização das cedências de ambos os lados – ainda que seja ideia minha que o ME cedeu muito mais do que a Fenprof –, importa agora referir-nos aos avanços registados, aos ganhos para os professores, para a sua carreira e para a estabilidade pessoal, para o readquirir de uma dignidade profissional posta em causa pelo Governo anterior até aos limites do absurdo.

Tudo isto é devidamente analisado nas páginas seguintes. Entre nós, ao prepararmos esta edição, falámos em esmiuçar o acordo, adaptando a imagem “gatofedorenta” à ideia de ir ao pormenor, à substância, ao essencial do que está contido no histórico acordo de princípios.



Ponto de partida, não de chegada

Trata-se, efectivamente, de um acordo de princípios. Apenas sobre duas matérias: estrutura da carreira e modelo de avaliação de desempenho. E, naturalmente, contém várias medidas transitórias, que admito polémicas (algumas), difíceis ou complexas. Mas, pela sua importância simbólica, gostaria de chamar a atenção para isto – este acordo não é um ponto de chegada, é antes, e pelo contrário, um ponto de partida; e de ruptura, também.

Ruptura com um passado recente de diálogo de surdos, de prepotência e despotismo, de insensibilidade total face aos problemas dos professores e à maneira como estes se reflectem no quotidiano escolar, de vil substituição do vocábulo “negociar” por outro bem diferente e oposto: impor.

Este acordo também vem provar que a via seguida até aqui (e que envolve, naturalmente, o primeiro-ministro) não era só absurda, mas também insustentável e sem futuro.

Ponto de partida, porque se projecta, em termos de atitude, noutras dimensões, noutras áreas, noutros problemas que afectam a vida dos professores e das escolas. É sintomático que a acta que regista a reunião do dia 7 de Janeiro contemple já o dia 20 como o de nova reunião, com agendamento de outras matérias, com abertura de novos processos negociais.

Numa interessantíssima entrevista dada à «Página da Educação» (nº 187, Inverno 2009), António Nóvoa refere que já em 2007 proclamava o “regresso dos professores”, afirmando depois que “a acção pública dos professores, nos últimos dois anos, confirmou o meu pressentimento”.

Tem razão o reitor da Universidade de Lisboa. É no lastro dessas movimentações e da força demonstrada pelos professores que temos de sustentar propostas ambiciosas que levem ao desmantelamento completo do “monstro” criado durante mais de 4 anos por uma equipa que decidira arrasar a educação.

Ainda há muito por fazer. Mas partimos para essa ingente tarefa de consciência tranquila e com a combatividade de sempre, confiantes e seguros dos contributos decisivos que temos para dar no sentido de uma melhor profissão e de uma melhor Escola. ▶

Abel Macedo,
coordenador do SPN
(membro da Comissão Negociadora)

é possível

SPN esmiúça o acordo

Não pode deixar de se recordar algo que, sendo óbvio, muitos quase esquecem e que é o facto de a nova legislação vir alterar e substituir as leis que o anterior Governo e o ministério de Maria de Lurdes Rodrigues impuseram, contra tudo e contra todos – e não a legislação que vigorou até 19 de Janeiro de 2007...

Contudo – e nem sempre o motivo é apenas a *saudade*, se assim se pode dizer –, a verdade é que há quem compare este acordo directamente com a legislação anterior, designadamente o Estatuto da Carreira Docente e a avaliação de 1998 e a carreira de 1999 (todos negociados com Guilherme d’Oliveira Martins), e não com a legislação actualmente em vigor e que, por força do acordo, será revogada.

Esmiucemos, então, as principais diferenças entre a carreira de facto em vigor (Decreto-Lei nº 270/2009, de 30/Setembro) e a que resultará do acordo assinado pela Federação Nacional dos Professores (Fenprof):

Quando for publicada a legislação resultante do acordo a que o ME e a Fenprof chegaram na madrugada de 8 de Janeiro, muita coisa vai mudar em vários dos principais quadros legais da educação, sobretudo no que diz respeito à estrutura da carreira e à avaliação de desempenho docentes.

ECD EM VIGOR

(DL 15/2007, com redacção DL 270/2009)

Carreira hierarquizada, dividida em duas categorias (‘professor’ e ‘professor titular’), cabendo aos ‘professores titulares’ os salários mais elevados e um conteúdo funcional diferente, de aceitação obrigatória.

Últimos escalões da carreira (categoria de ‘professor titular’) reservados a um máximo de 1/3 dos professores no sistema, afastando cerca de 100.000 do acesso aos índices mais elevados (299, 340 e o recém-criado 370).

Mesmo o acesso aos índices 245 e 272 depende de prova de acesso e de candidatura a concurso a ‘professor titular’ (ainda não se realizou nenhum, impedindo, de momento, mais de 38 mil docentes de aspirarem aos escalões superiores).

Prova de ingresso na profissão docente, eliminatória, a que teriam de sujeitar-se, não só os futuros candidatos à docência, mas todos os docentes com menos de 4 anos de serviço – ou seja, muitos milhares de docentes contratados.

A aposentação pelo valor correspondente ao índice 370 é possível apenas aos ‘professores titulares’, e só a partir de 2015, tal como no regime geral da Administração Pública.

FUTURO ECD

(alterações decorrentes do acordo)

Categoria única. Todos serão de novo professores, **sem distinção de conteúdos funcionais**. A especialização funcional é facultativa e não tem consequências no desenvolvimento da carreira.

Todos os docentes avaliados com ‘Bom’ poderão progredir até ao 10º escalão (último).

Em cada ano, haverá uma contingentação de acesso aos 5º e 7º escalões, aplicável, respectivamente, a 50% e a 33% dos docentes avaliados com ‘Bom’ em condições de progredir. Estas vagas condicionarão o acesso dos docentes não abrangidos, atrasando-o, mas a classificação que obtiverem será bonificada, por cada ano de atraso na progressão, em 0,5 pontos, o que permitirá a progressão no máximo em 3 anos.

As classificações de ‘Muito Bom’ e ‘Excelente’ não obedecerão a vagas, aumentando as hipóteses de progressão para mais docentes avaliados com ‘Bom’.

Todos os docentes já no sistema estarão dispensados da prova de acesso – desde que avaliados uma vez com o mínimo de ‘Bom’ –, o que abrangerá quase todos quantos já leccionaram, quer o tenham feito em escolas públicas, no ensino particular e cooperativo, em IPSS ou no Ensino Português no Estrangeiro.

De 1 de Janeiro de 2012 até ao final de 2014, poderão aposentar-se pelo índice 370 os docentes que, tendo seis anos de serviço no índice 340, reúnam os requisitos para a aposentação.

A partir de 2015, o ingresso no índice 370 será garantido a todos os docentes com 4 anos de permanência no índice 340, desde que avaliados com o mínimo de ‘Bom’.



AR

O acordo alcançado obriga, também, à introdução de alterações na avaliação do desempenho, algo considerado absolutamente fundamental para devolver a necessária tranquilidade às escolas e permitir aos professores concentrarem-se no que é verdadeiramente essencial à profissão – o trabalho com os alunos. Eis as mais significativas:

Decretos Regulamentares

2/2008, 11/2008, 1-A/2009, 14/2009 e demais legislação

Não sendo estritamente obrigatória nos termos da Lei, a proposta de objectivos individuais foi interpretada como tal pelo anterior Governo, tendo a DGRHE e as DREs dado orientações no sentido de não ser avaliado quem não tivesse procedido à sua entrega.

A auto-avaliação carece do preenchimento de uma ficha com carácter marcadamente burocrático.

Avaliação unicamente a cargo do director. Em caso de haver lugar a avaliação na componente científico-pedagógica (aulas assistidas), participa também o coordenador de departamento curricular.

Só em caso de reclamação pelo avaliado é que intervém no processo a Comissão de Coordenação da Avaliação (presidente do Conselho Pedagógico + 4 elementos deste), que emite parecer vinculativo. Eventual recurso é apresentado à respectiva DRE.

Legislação a publicar, decorrente do acordo e de compromissos assumidos nas actas do processo negocial

Ficará expresso que os **objectivos individuais são de apresentação facultativa**, só quando o avaliado pretenda ver pré-fixados os termos do seu contributo individual para os objectivos e metas do projecto educativo e dos planos anual e plurianual de actividades.

O docente avaliado redige um **relatório de auto-avaliação com regras simplificadas e padrões mínimos de uniformização**.

Avaliação coordenada pela Comissão de Coordenação da Avaliação (presidente do Conselho Pedagógico + 3 elementos deste), que, com a junção de um relator designado pelo coordenador, se constitui em Júri de Avaliação.

Ao relator cabe o acompanhamento do processo de desenvolvimento profissional do avaliado, a assistência às aulas quando for o caso, a apreciação do relatório de auto-avaliação e a elaboração da proposta de avaliação e sua apresentação à CCA. Sempre do mesmo grupo do avaliado, será tendencialmente detentor de formação especializada, não devendo ter posicionamento na carreira ou grau académico inferiores aos do avaliado; poderá desempenhar exclusivamente funções de avaliação, no âmbito de uma especialização voluntária nesse sentido, quando posicionado nos dois últimos escalões da carreira.

O recurso é apresentado a um Júri Especial, composto pelo relator, um docente da escola indicado pelo recorrente e um elemento indicado pela DRE, que preside – o director fica excluído do processo.

Nota: O processo de avaliação de desempenho será objecto de acompanhamento pelo Conselho Científico para a Avaliação de Professores, pela avaliação externa das escolas e por um Gabinete de Apoio à Avaliação do próprio ME, **mas fica já estabelecida a sua reavaliação e a introdução de eventuais alterações** que a experiência venha a ditar logo após o final do 1º ciclo da sua aplicação. +

Mas a negociação que decorreu desde Novembro de 2009 não se ficou pelas matérias expressas no acordo assinado.

Ao longo das várias reuniões, outras questões foram sendo abordadas, tendo a Fenprof apresentado ao Ministério da Educação várias das suas preocupações, designadamente em torno dos concursos e dos horários dos docentes, com relevo para a definição de tarefas que cabem no âmbito das componentes lectiva e não lectiva de estabelecimento. Em torno destas matérias, foi patente o desconforto do ME perante alguns dos problemas que se verificam, tendo sido assumidos compromissos para futura negociação.

Assim, e lembrados factos como o de o concurso realizado em 2009 apenas ter permitido a entrada nos quadros a 396 docentes e de a ele terem sido impedidos de concorrer cerca de 10 mil docentes com habilitação própria e mais de 30 mil 'professores titulares', e de só estar previsto novo concurso para 2013, o ME assumiu que iniciará um processo negocial com a Fenprof visando a realização de um novo concurso a lugares de quadro já em 2011. Assumiu, ainda, que para esse concurso será feito um rigoroso levantamento das necessidades permanentes das escolas, com vista à abertura de vagas, sendo igualmente negociada a alteração de vários aspectos do regime de concurso, designadamente a actual inclusão das classificações 'Muito Bom' e 'Excelente' no cálculo da graduação profissional.

No que diz respeito aos horários de trabalho, é infelizmente demasiado evidente ser uma das áreas que mais problemas tem criado, nos últimos anos, quer aos educadores e professores, quer ao próprio funcionamento das escolas, sendo mesmo esta a primeira matéria a negociar após o acordo [a primeira reunião foi agendada para o dia 20 de Janeiro, pelo que já se terá realizado quando esta edição chegar às suas mãos].

Combater a iniquidade

Além dos aspectos referidos, muitos outros continuam a ser fonte de preocupação para os docentes e, conseqüentemente, a merecer a atenção do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) e da Fenprof.

Destacamos dois, por se tratar de situações que não são exclusivas dos docentes, antes transversais a toda a Administração Pública, pelo que é em união com os restantes trabalhadores que têm de ser combatidas: as quotas na avaliação e a supressão dos 2 anos e 4 meses de serviço para efeitos de progressão na carreira.

Resultam ambas de legislação geral emanada da Assembleia da República, pelo que é nesta sede que se deve centrar a nossa acção, tentando capitalizar o quadro de maioria relativa do Partido Socialista – para o qual muito contribuiu a fortíssima luta dos professores ao longo dos últimos anos –, que pode, e deve, ser aproveitado para tentar levar os parlamentares a decidirem a revogação dos diplomas que sustentam as duas iniquidades em causa. ▶

José Manuel Costa,
Direcção do SPN



Coisas de contexto que vão integrando o texto

O inevitável tema de conversa entre todos os professores (e futuros ex-titulares) – o acordo!

Os textos, as opiniões escritas na blogosfera, as conversas mais ou menos inflamadas sobre o assunto, induzem a necessidade de lembrar alguns acontecimentos recentes nesta “história”, antes de aceder à tentativa de classificar o acordo.

Os textos do contexto

1. O compromisso de verdade

“Suspenderemos (...) o actual modelo de avaliação dos professores, substituindo-o por outro”; “Reveremos o Estatuto da Carreira Docente, nomeadamente no respeitante ao regime de progressão na carreira, corrigindo as injustiças do modelo vigente e abolindo a divisão, nos termos actuais, na carreira docente” [Programa Eleitoral do PSD, pág. 22].

2. Avançar Portugal

“Valorizar o trabalho e a profissão docente”, “acompanhar e avaliar a aplicação do Estatuto da Carreira Docente”, “acompanhar e monitorizar a aplicação, pelas escolas, do segundo ciclo de avaliação do desempenho profissional de docentes” (...) “no quadro de processos negociais com as organizações representativas dos professores e educadores” [Programa Eleitoral do PS, pág. 50].

As acções e os discursos do contexto

20-11-2009. O projecto de resolução do PSD sobre a avaliação dos professores e o novo estatuto da carreira docente foi aprovado no Parlamento. O documento contou apenas com os votos favoráveis do PSD. Já os outros sete diplomas da oposição, que visavam suspender o actual modelo de avaliação e acabar com a divisão da carreira docente em duas categorias hierarquizadas, foram chumbados.

30-12-2010. Após falhar acordo com sindicatos, o Ministério da Educação promete apresentar uma nova proposta. A ministra repetiu que “todos os professores que entram na carreira docente podem esperar a promoção, mas nem todos poderão chegar ao topo”. O PSD, pela voz de Pedro Duarte, revelou, nesse mesmo dia, a iniciativa de propor uma nova ronda de audiências com a ministra e os sindicatos; afirmou ainda que se registaram “grandes avanços na posição negocial, quer do Governo, quer dos sindicatos”, no que diz respeito à “criação de um novo modelo radicalmente diferente do anterior”, ao “fim da divisão da carreira entre professores titulares e não titulares” e à “não penalização dos professores que contestaram o anterior modelo”.

O acordo no contexto

7/8-01-2010. O texto que resultou da negociação só foi possível pelo potencial de luta que os docentes manifestaram no ano lectivo anterior. Sobre o conteúdo... São princípios. Que, comparados com o actual ECD, são avanços, impensáveis num passado bem recente. Que podem abrir novas oportunidades de diálogo em dimensões muito importantes para o exercício da profissão.

Novo contexto, outros textos

- Fomos à rua, fomos muitos, a exigir: Somos todos professores! Conseguimos uma carreira diferente – como outros conseguiram antes, e que integramos quando entramos na profissão...

Não conquistámos tudo?! Mas há que reflectir sobre o contexto desde processo negocial, previsto (exigido) para 30 dias. Muitos passos se deram noutros lugares antes de chegar ali!

- Ainda é tempo de fazermos ouvir as nossas preocupações e exigências. Ainda há muito a conquistar: a regulamentação do horário de trabalho, uma definição clara do que pode ser solicitado em tempo não-lectivo, a contagem integral do tempo de serviço na transição para a nova carreira...

- No passado também não se conseguiu tudo ao mesmo tempo. E ainda há muito a conquistar – em cada escola, em cada sala de aula... ▶

Anabela Sousa,
Direcção do SPN

“Existem agora condições para termos mais esperança no futuro da nossa educação. (...) Porque a acção dos professores é decisiva, este acordo pode libertar energias para que os esforços de todos se concentrem na construção de uma melhor educação”. **Ana Maria Bettencourt, Conselho Nacional de Educação**

“Os sindicatos viram premiado o trabalho reivindicativo e todo o processo prova a sua indiscutível força no sector e no País. Souberam aproveitar a abertura de Isabel Alçada para demonstrar uma motivação e argumentação não puramente corporativas, posicionando-se na procura de soluções sérias, e também aí capitalizaram. Uma lição de 14 horas que mostra a iniquidade política de quatro anos. Muito bom a todos!”. **Eduardo Dâmaso, «Correio da Manhã»**

“A paz alcançada é um importante passo, sem dúvida. Era irrecusável”. **Joaquim Azevedo, Universidade Católica**

“No caso deste acordo entre o Ministério da Educação e os professores, houve cedência de parte a parte, muito embora os sindicatos (Fenprof e FNE) tenham conseguido uma parcela significativa dos seus objectivos programáticos, depois de terem sido vítimas, na anterior legislatura, de uma campanha ministerial acintosa, que pôs em causa a sua dignidade pessoal e profissional a que souberam responder com elevação e consciência cívica”. **José Raimundo Almeida, «Jornal de Notícias»**

“Este acordo é histórico porque permite salvar da humilhação alguns milhares de professores e restabelecer um clima de paz num momento em que a escola pública portuguesa precisa de proceder a uma revolução nos métodos de trabalho. É por isso que este acordo histórico ainda não terminou. Ele só ficará selado quando Isabel Alçada verificar a que professores, durante estes dois anos, foram atribuídas as notas de excelente, e tirar daí as suas conclusões. Talvez resolva anular os seus efeitos. É que os professores numa escola constituem uma família. Experimentem criar um escalão de avaliação entre os membros duma mesma família que se autovigia. Sobre os métodos de avaliação desejo a Isabel Alçada e aos sindicatos muitas noites de boa maratona”. **Lídia Jorge, escritora**

“Penso que este acordo é um passo muito importante para restabelecer a serenidade e a tranquilidade nas escolas e no seio dos professores. (...) O país deve muito a muitos dos seus professores e só com professores motivados, competentes e que sejam capazes de assumir um papel de referência perante os seus alunos se encontrarão os caminhos para uma escola que responda às necessidades do país”.

Marçal Grilo, ex-ministro da Educação

“Finalmente, ao fim de quatro anos, conseguiu-se um acordo que trará a normalização às escolas e isso é muito importante para nós enquanto representantes de pais”. **Maria José Viseu, CNIPE**

“Relativamente ao ECD, o acordo de princípios agora assinado teve o mérito de responder à luta dos professores ao terminar com a perversa divisão da carreira entre titulares e professores. É um acordo aceitável, a necessitar de acertos, penso que ainda possíveis em sede de negociação”. **Maria do Rosário Gama, professora**

“O acordo a que chegaram esta semana os maiores sindicatos de professores e o Ministério da Educação chega com alguns anos de atraso. (...) Mas também é bom que entendamos que este acordo não salva a educação ou a escola pública de uma erosão causada, não por questões de ordem laboral, mas por uma amálgama sucessiva de reformas mal concebidas no recato das leituras de gabinete que tem deixado de fora os principais actores em presença no sistema educativo: alunos e docentes”. **Paulo Guinote, professor**

“Não sendo um acordo perfeito, se considerarmos o cenário macabro criado pela anterior equipa ministerial, os sindicatos fizeram um bom acordo”. **<http://olhardomiguel.wordpress.com>**

“Penso que o acordo conseguido é um exemplo do que se pode chamar ‘um jogo de soma positiva’ em que (quase) todos ganham. Para isso todos têm de ceder em alguns pontos. (...) Haverá sempre quem, numa folha branca, ignore o branco e veja e repare nos pontos negros. Opções e modos de ver. Legítimos. Que não sigo”. **<http://terrear.blogspot.com>**

“Um acordo é sempre fruto de um compromisso: ganha-se aqui e perde-se acolá. O que conta é o cômputo global. Lidas as 12 páginas do texto do acordo, sou forçado a concluir que os ganhos são maiores do que as perdas”. **<http://www.problog.org>**

Manchetes on line

Governo e sindicatos chegam a acordo. As duas principais estruturas representativas dos professores, Fenprof e FNE, assinaram esta noite com o Ministério da Educação o acordo de revisão do Estatuto da Carreira Docente e da Avaliação dos Professores depois de 15 horas de negociações. **Correio da Manhã, 00h40**

Acordo põe fim a quatro anos de conflito entre Governo e professores. Um corrupio por quatro salas, quatro pisos e mais de 14 horas de negociações. Ontem, no Ministério da Educação, foi o tudo por tudo por um acordo, que chegou já durante esta madrugada. Oito associações sindicais, incluindo a Fenprof, que representa quase 70 por cento da classe, chegaram a acordo com o ministério de Isabel Alçada. **Público, 01h03**

Acordo é vitória dos sindicatos sobre Ministério da Educação.

Após uma maratona negocial, o Ministério da Educação e a maioria dos sindicatos do sector chegaram a acordo sobre o estatuto da carreira docente e a avaliação dos professores. O comentador de assuntos políticos Raul Vaz afirma que o acordo desta noite é uma vitória dos professores, dos sindicatos e, particularmente, do secretário-geral da Fenprof, Mário Nogueira. **Antena1, 01h22**

Fenprof assina acordo, mas... A Fenprof assinou, esta noite, um acordo de princípios com o Ministério da Educação acerca de dois aspectos do Estatuto da Carreira Docente: a avaliação de desempenho e a estrutura da carreira. Mário Nogueira, que horas antes tinha assegurado que não haveria negociação caso os professores classificados com 'Bom' não tivessem oportunidade de chegar ao topo da carreira em tempo útil, congratulou-se com esta vitória: "Cem mil professores estavam impedidos de chegar ao topo. Agora todos podem lá chegar". "Ainda assim, não concordamos com este modelo, discordamos dos ciclos de dois anos de avaliação, discordamos das quotas e da longa estrutura da carreira (34 anos)". **TVI24, 02h42**

Há acordo entre Governo e professores. Depois de 14 horas de negociação, o Governo e as duas maiores estruturas sindicais chegaram a acordo sobre a revisão do Estatuto da Carreira Docente e da avaliação dos professores. É o fim de quatro anos de conflitos entre o Governo e os docentes, que contribuiu para a perda da maioria absoluta do PS nas últimas eleições legislativas. **Diário Económico, 07h20**

Ministério e professores chegam a acordo. Foram precisas mais de 14 horas de negociações para que a ministra da Educação e os principais sindicatos de professores chegassem a acordo sobre o estatuto da carreira docente, pondo fim a um braço-de-ferro que se arrastava há quatro anos. O consenso foi atingido após cedências de ambas as partes e, no final, a solução obtida permite aos professores avaliados com "Bom" não permanecerem mais de três anos na transição para os 5º e os 7º escalões. **A Bola, 07h21**

Ministério da Educação finalmente de acordo com os sindicatos. Ministra elogiou compreensão dos sindicatos, que permitiu ultrapassar impasse de quatro anos. Foi tal e qual uma maratona: demorada, esgotante e com episódios atribulados. As mais de 14 horas de reuniões revelavam que havia vontade de ambas as partes para que o dia não terminasse sem acordo. **Jornal de Notícias**

Sindicatos e ME chegam a acordo. Foi um dia em cheio e o mais longo da história das últimas negociações entre o Ministério da Educação e os sindicatos do sector. A tutela reuniu com todas as estruturas sindicais em simultâneo, espalhou-as por várias salas e foi fazendo uma ronda pelos diversos compartimentos. Um método inédito, já que nas últimas conversações a ministra Isabel Alçada reuniu com um sindicato de cada vez. Depois de uma maratona, o entendimento foi possível. **Educare.pt**

A propósito da interrupção lectiva da Páscoa

Não é novidade que, desde 2002, existe um calendário escolar específico para a Educação Pré-Escolar (EPE). Um calendário discriminatório, que prolonga a actividade lectiva dos educadores de infância em mais um mês, relativamente ao que acontece com os sectores de educação mais próximos, e que os impede de usufruírem dos mesmos espaços de participação.

Esta situação tem merecido contestação ao longo dos anos, quer por parte dos docentes, quer dos sindicatos que os representam – que, anualmente, vão manifestando a sua indignação pela manutenção do referido calendário escolar.

Mas se já era discriminatória, de há dois anos a esta parte, a situação agravou-se, uma vez que, contrariando práticas anteriores, o Ministério da Educação estabeleceu os 5 dias de interrupção previstos para o período da Páscoa para uma semana determinada. Existe, assim, uma redução clara no plano das opções, que, mesmo admitindo não ter sido intencional, vem restringir o período em que os educadores de infância, em conjunto com o órgão de gestão e os encarregados de educação, podem definir os 5 dias úteis de interrupção lectiva durante aquele período.

A Federação Nacional dos Professores (Fenprof) e os sindicatos que a constituem estão atentos à situação e já tinham colocado esta preocupação junto do ME, através de um ofício datado de 2 de Julho de 2009. Agora, e tendo em conta a mudança da equipa ministerial, o Secretariado Nacional da Federação decidiu recolocar a questão à nova ministra, formalmente, nos seguintes termos:



Ana Alvim

“A Fenprof considera a aplicação deste calendário escolar à Educação Pré-Escolar contrário aos interesses das crianças que a frequentam, para além de inviabilizar a existência de espaços de discussão, reflexão e avaliação que são necessários aos educadores de infância.

Queremos deixar aqui expressa a nossa preocupação por verificarmos que, a agravar essa situação, existe uma redução clara no plano das opções, que mesmo admitindo não ter sido intencional, vem restringir o período em que os educadores de infância, em conjunto com o órgão de gestão e os encarregados de educação, podem definir os 5 dias úteis de interrupção lectiva durante o período da Páscoa.

Pensamos que esta situação poderá ter decorrido de um erro na adopção das regras que têm vindo a ser aplicadas em anos anteriores, pelo que consideramos que o Ministério de Educação deverá proceder à indispensável correcção, possibilitando a escolha dos 5 dias úteis, seguidos ou interpolados, entre os dias 30 de Março e 13 de Abril de 2010”.

Esperamos que a nova equipa ministerial se mostre sensível a esta e outras questões relativas ao calendário escolar da EPE. Mas, independentemente disso, é preciso lembrar que a Fenprof promoveu, no ano lectivo anterior, uma petição sobre o assunto que já ultrapassou as 4 mil assinaturas necessárias para que possa ser discutido na Assembleia da República.

Nesse sentido, aguardamos com expectativa o seu agendamento para discussão, tendo consciência de que juntos vamos conseguir. ▶

Júlia Vale,
Direcção do SPN

Vamos cá falar do 1º Ciclo

A Coordenação Nacional do 1ºCEB, da Federação Nacional dos Professores (Fenprof), reuniu em Dezembro, tendo como ordem de trabalhos:

1. Analisar a situação nas escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico;
2. Iniciativas a desenvolver no âmbito dos sindicatos da Fenprof:
 - diagnosticar problemas relacionados com as actividades de enriquecimento curricular (AEC)
 - divulgar um abaixo-assinado que contemple as questões que mais preocupam os professores.

A reunião contou a participação de dirigentes dos diversos sindicatos da Fenprof com responsabilidades no sector. Das conclusões – que constituíram confirmações – ressaltam:

sobre os professores: horário lectivo e não lectivo sobrecarregado; exagerado número de funções atribuídas (muitas de carácter meramente burocrático), inviabilizando o respeito pela componente individual (fundamental para a preparação e organização do trabalho com a turma, constituída frequentemente por vários níveis); a adulteração/flexibilização dos horários, fruto da introdução das AEC, com sérios reflexos nas aprendizagens académicas dos alunos; isolamento dos professores na construção dos planos curriculares de turma, na avaliação dos alunos, na detecção de necessidades educativas individuais, no atendimento aos encarregados de educação, na busca das estratégias mais adequadas para combater o insucesso; desvantagem destes professores relativamente a outros docentes, quer ao nível das reduções do horário lectivo, quer no que diz respeito às reformas deste, o que aponta para a necessidade de reorganizar as escolas numa lógica de equipas educativas, tal como prevê a Lei de Bases do Sistema Educativo desde 1986;

sobre as AEC, concluiu-se que, face à diversidade de situações existentes, seria importante elaborar um inquérito para apurar concretamente o que se passa e poder ajudar os docentes que leccionam estas actividades, não só a nível dos contratos de trabalho, mas também de melhores condições de integração nas escolas.

Foi também evidenciado o clima de medo instalado nas escolas – quer pelo novo modelo de gestão, quer pela avaliação – e a dificuldade de mobilização dos professores, o que em nada ajuda à defesa dos seus direitos.

Uma das iniciativas a desenvolver a curto prazo, independentemente das que se desenvolvam no âmbito das negociações com o ministério, será a circulação de um abaixo-assinado com as principais reivindicações do sector [ver em baixo]. ▶

*Maria José Silva,
Distrital do Porto do SPN*

“Dar valor aos professores, melhorar a escola do 1º Ciclo”

No abaixo-assinado que irá fazer circular, a Fenprof considera que o desenvolvimento das AEC, a constituição de mega-agrupamentos e a organização dos horários estão a contribuir para a degradação das condições de aprendizagem dos alunos e a deteriorar as condições de trabalho dos professores. Neste contexto, o documento exigirá ao ME a negociação de diversas medidas, entre as quais:

- integração das áreas que constituem as AEC nas 25 horas lectivas dos alunos, organizando-se as escolas numa lógica de equipas educativas, tal como prevê a Lei de Bases;
- fixação da componente de trabalho lectivo dos professores em 20 horas semanais, assegurando assim melhores condições para preparação e organização da actividade lectiva e para atendimento aos encarregados de educação;
- determinação de que o apoio ao estudo não pode ser assegurado por titulares de turma;
- criação de condições para que as tarefas administrativas sejam asseguradas por pessoal não docente dos agrupamentos;
- fixação por escola do número de professores dos apoios educativos, tendo por base as carências identificadas nos conselhos pedagógicos. ▶



Ana Alvim

Aposentados

ADSE e pensões

Como prevíamos, os docentes não vão ter aumentos em 2010, porque, de uma maneira geral, as pensões são superiores a 1.500 euros. Mas, em compensação, as pensões vão diminuir, uma vez que a quota para a ADSE vai subir de 1,2% para 1,3%.

Ao contrário dos docentes no activo, os educadores/professores aposentados continuam a sofrer descontos para a ADSE no subsídio de férias e no 13º mês. E já lá vão três anos, ou seja, seis subsídios... O Provedor de Justiça dá-nos razão, mas entende que devemos esperar pela decisão dos tribunais, para podermos agir.

O Sindicato dos Professores do Norte (SPN) intentou já um processo, mas os serviços de contencioso entendem que se deve avançar para outro tribunal com novo procedimento – nominal, este, pelo que os sócios que pretendam aderir devem deslocar-se ao Sindicato para tratar da respectiva documentação.

Entretanto, a demora no despacho das pensões e a legislação que considerava a situação do aposentável na data de entrada do requerimento fizeram com que os docentes que tiveram aumento em 2009 vissem a sua pensão calculada com o valor de 2008. Isto levou a que, ao abrigo do Estatuto da Aposentação, os lesados requeressem mais um terço do vencimento, por terem sido obrigados a trabalhar depois do acto consumado. A resposta não tem pés nem cabeça, porque para pagar é considerada uma data, mas para considerar o final da resolução é só a da publicação em Diário da República, ou seja, por vezes mais de um ano depois.

Era fácil perceber a justeza da reivindicação e o seu custo – cerca de mil euros/mês –, mas, para invalidarem a solução, resolveram alterar a Lei e passar a considerar a situação para a atribuição da pensão à data do despacho e os lesados anteriores teriam a sua pensão corrigida automaticamente.

As correcções começaram a aparecer e, espanto dos espantos, vão de 12 a 50 cêntimos mensais. Mas, generosamente, com efeitos retroactivos a 1 de Janeiro de 2009.

Situações destas não se admitem, e os educadores e professores aposentados saberão dar a resposta. ▶

**Teresa Maia
Mendes,**
Assembleia-
-Geral do SPN

DEZEMBRO/2009

I Série

29. Decreto-Lei 324/09

Altera, transitoriamente, o prazo de garantia para efeitos de subsídio de desemprego durante o ano de 2010.

II Série

18. Despacho 27.220/09

Determina as datas de selecção das candidaturas e a divulgação do Prémio Nacional de Professores.

22. Despacho 27.390/09

Determina quais os membros designados para o Conselho Nacional da Educação.

JANEIRO/2010

I Série

15. Decreto-Lei 5/10

Determina o valor da retribuição mínima mensal garantida no valor de 475 euros durante o ano de 2010.

II Série

04. Despacho 1/10

Aprova a rede oficial de cursos de ensino português na República da África do Sul para o ano escolar 2010.

05. Despacho 100/10

Cria a Comissão de Acompanhamento do Programa Mais Sucesso Escolar.

06. Despacho 275/10

Nos termos da Lei Orgânica do Ministério da Educação, a Direcção Geral dos Recursos Humanos da Educação tem por missão garantir a concretização das políticas de desenvolvimento dos recursos humanos, docentes e não docentes, e prestar apoio técnico-normativo à formulação das mesmas, cabendo-lhe ainda exercer funções de gestão de pessoal docente e não docente das escolas.

14. Aviso 919/10

Inscrições para a docência no Ciclo Primário na Escola Europeia de Bruxelas II e de Luxemburgo I.

14. Aviso 920/10

Inscrição para a docência na Escola Europeia de Bruxelas II.

14. Aviso 921/10

Inscrição para a docência na Escola Europeia do Luxemburgo I.

14. Aviso 922/10

Inscrição para a docência na Escola Europeia do Luxemburgo I.

MANIFESTAÇÃO NACIONAL

Fev. 2010

LISBOA 15H00

TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Praça dos Restauradores
(com deslocação para o Ministério das Finanças)

Os Trabalhadores da Administração Pública não podem continuar a pagar a "crise"!

Exigimos:

O fim de quotas na avaliação do desempenho

A contagem integral do tempo de serviço

Gestão democrática das escolas

Aumentos salariais para uma efectiva recuperação do poder de compra



Estrutura da Carreira Docente

Categoria de 'professor'

Actual (DL 270/2009)

Acordo de Princípios

Professores dos quadros com índices abaixo do 167		Não existe nada no Acor- do de Princípios para estes casos	
1º escalão · índice 167		1º escalão · índice 167	Mantêm o tempo de serviço prestado nesse índice
2º escalão · índice 188		2º escalão · índice 188	Mantêm o tempo de serviço prestado nesse índice
3º escalão · índice 205		3º escalão · índice 205	Mantêm o tempo de serviço prestado nesse índice
4º escalão · índice 218		4º escalão · índice 218	Mantêm o tempo de serviço prestado nesse índice
5º escalão · índice 235		5º escalão · índice 235	Mantêm o tempo de serviço prestado nesse índice
6º escalão · índice 245	Sem professores [1]	6º escalão · índice 245	
7º escalão · índice 272	Sem professores [1]	7º escalão · índice 272	
Ex-8º escalão · índice 245	• Com 6 ou mais anos no índice 245, à data de entrada em vigor da nova estrutura da carreira	Reposicionados no 8º escalão · índice 299	Reposicionados no 8º escalão (índice 299) logo que completem 6 anos de serviço no índice 245
	• Com 5 a 6 anos no índice 245, à data de entrada em vigor da nova estrutura da carreira	6º escalão · índice 245	Progressão ao 7º escalão (índice 272) nos termos das condições gerais de progressão [2]
	• Com menos de 5 anos no índice 245, à data de entrada em vigor da nova estrutura da carreira	6º escalão · índice 245	Progressão ao 9º escalão (índice 340):
Ex-9º escalão · índice 299		8º escalão · índice 299	<ul style="list-style-type: none"> até final de 2014, quando somarem 6 anos de serviço no índice 299; a partir de 2015, nos termos das condições gerais de progressão, que obrigam a uma permanência de 4 anos no índice 299

Categoria de 'professor titular'

1º escalão · índice 245	<ul style="list-style-type: none"> • Com 6 ou mais anos no índice 245, à data de entrada em vigor da nova estrutura da carreira • Com 5 a 6 anos no índice 245, à data de entrada em vigor da nova estrutura da carreira • Entre 4 e 5 anos no índice 245, à data de entrada em vigor da nova estrutura da carreira • Com menos de 4 anos no índice 245, à data de entrada em vigor da nova estrutura da carreira 	<p>Reposicionados no 8º escalão · índice 299</p> <p>6º escalão · índice 245</p> <p>Reposicionados no 7º escalão · índice 272</p> <p>6º escalão · índice 245</p> <p>8º escalão · índice 299</p> <p>9º escalão · índice 340</p> <p>10º escalão · índice 370</p>	<p>Reposicionados no 8º escalão (índice 299) logo que completarem 6 anos de serviço no índice 245</p> <p>Progressão ao 7º escalão (índice 272) nos termos das condições gerais de progressão [2]</p> <p>Progressão ao 9º escalão (índice 340):</p> <ul style="list-style-type: none"> • até final de 2014, quando somarem 6 anos de serviço no índice 299; • a partir de 2015, nos termos das condições gerais de progressão, que obrigam a uma permanência de 4 anos no índice 299 <p>Progressão ao 10º escalão (índice 370) [3]:</p> <ul style="list-style-type: none"> • até final de 2012, desde que com 6 anos no índice 340 e duas menções de 'Muito Bom' ou 'Excelente'; • 2013 e 2014, desde que com 6 anos de serviço no índice 340 e pelo menos uma menção de 'Muito Bom' ou 'Excelente' e nenhuma inferior a 'Bom'; • de 2012 a 2014, desde que com 6 anos de serviço no índice 340 e reúnam os requisitos necessários à aposentação; • a partir de 2015, de acordo com as regras gerais de progressão (4 anos de permanência no índice 340 avaliados com pelo menos 'Bom')
2º escalão · índice 299			
3º escalão · índice 340			
4º escalão · índice 370	Sem professores. Índice criado no âmbito da manutenção da paridade com o topo da carreira técnica superior da Administração Pública		

[1] Escalão sem professores, já que a entrada depende de prévia aprovação em prova pública de acesso à categoria de professor titular – à qual nenhum professor se submeteu –, de admissão a concurso de acesso à categoria de 'professor titular' – que nunca teve lugar – e de não entrada nessa categoria por falta de vaga.

[2] Além das regras gerais, a progressão ao 7º escalão está também dependente da existência de vaga, para os professores que na avaliação de desempenho imediatamente anterior à progressão pretendida tenham obtido 'Bom'.

[3] No âmbito das carreiras do regime geral da Administração Pública, o índice 370 só é atingível a partir de 2015.

Assembleia-Geral convocada para se pronunciar sobre proposta da Direcção

Plano de Actividades do SPN para 2010

Do ponto de vista interno, iremos avaliando a reorganização que levámos a cabo para responder à drástica redução de créditos sindicais que nos foi imposta. Como era inevitável, a diminuição – para menos de metade – do crédito de horas para o exercício da actividade sindical tem vindo a criar dificuldades acrescidas ao trabalho nas escolas, sendo necessário aprofundar o envolvimento de todos os dirigentes e alargar a rede de delegados sindicais, bem como criar e alimentar espaços de encontro e de debate com os activistas sindicais e com os professores em geral, seja através de reuniões de escola, ou mais alargadas, ou intervindo nas chamadas redes sociais.

No âmbito desta reorganização, há trabalho que ainda está a ser desenvolvido, caso da actualização da base de dados relativa aos sócios, imprescindível para otimizar a circulação de informação através do correio electrónico. Será dada especial atenção aos materiais a enviar para as escolas, assim como a toda a informação disponibilizada no site – cuja funcionalidade tem sido melhorada. Em função da avaliação que formos fazendo da reestruturação dos serviços, procederemos às alterações que vierem a revelar-se necessárias para prestar o melhor apoio possível aos sócios. Também ao nível do Ensino Superior, aprofundaremos o trabalho de organização e de envolvimento dos dirigentes do sector na dinamização do trabalho do departamento.

No âmbito do ensino privado – Ensino Particular e Cooperativo (EPC), incluindo escolas profissionais (EP) de iniciativa privada, instituições particulares de solidariedade social (IPSS) e misericórdias –, o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) continuará a acompanhar e a defender os direitos e interesses dos docentes, incluindo a por vezes necessária intervenção jurídico-legal na defesa dos associados.

Esta será também a linha de actuação a nível nacional, pois 2010 é um ano em que, além da habitual revisão de tabelas salariais, se iniciam ou prosseguem processos de revisão dos contratos colectivos de trabalho (CCT) que a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) subscreveu – EPC, IPSS e misericórdias, este último já em sede de conciliação no Ministério do Trabalho e Solidariedade Social –, esperando-se que este possa vir a ser também o ano em que, finalmente, se chegue a um primeiro CCT específico para as EP privadas.

Os estatutos do SPN não prevêem uma periodicidade determinada para a realização de congressos. Mas, tendo em conta que 2010 será, pelas mudanças que se perspectivam quer ao nível profissional, quer ao nível do próprio sistema educativo, um ano importante para a configuração futura da profissão docente e da Escola Pública, a Direcção considera que seria oportuna a realização de um congresso no último trimestre do ano – um congresso que constitua um momento de aprofundamento das temáticas que vão estar em discussão no da Fenprof e que, ao mesmo tempo, nos permita reflectir sobre o Sindicato que somos e queremos ser, apostando nos jovens professores para reforçar o número de sócios e nossa acção em defesa dos interesses dos docentes, da Educação e da Escola Pública.

O acordo de princípios assinado entre a Fenprof e o ME deixa a marca do que, desejavelmente, este ano poderá representar para os educadores e professores – o início da inversão de um conjunto de medidas lesivas da sua dignidade profissional e da qualidade da Escola Pública. Neste período, a actividade sindical estará necessariamente ligada aos processos negociais que vierem a ter lugar, não só no âmbito da revisão do ECD e da avaliação de desempenho, mas também de outras matérias: horários, concursos, Educação Especial e gestão. O SPN continuará a participar activamente nas negociações, no âmbito da Fenprof, procurando ancorar o seu contributo numa discussão e numa auscultação tão alargadas quanto possível junto dos docentes e das escolas.



Ana Alvim

A propósito do X Congresso da Fenprof, e como sempre acontece nestas ocasiões, uma parte da actividade do SPN estará orientada para a sua preparação e realização: elaboração dos textos, reuniões para a sua discussão e para eleição de delegados, organização de transportes, acompanhamento dos trabalhos, intervenções no congresso, etc.

Mas 2010 será um ano importante também para «a Página da Educação». Assegurada que foi a sua continuidade, através de uma nova equipa directiva e de um Conselho Editorial integralmente constituído por dirigentes do Sindicato, este será o ano de consolidação e de desenvolvimento deste projecto, honrando desta forma o seu principal mentor e impulsionador – José Paulo Serralheiro.

Portugal vai celebrar o centenário da 1ª República e, sempre que se revele oportuno, o SPN associar-se-á a iniciativas evocativas, nomeadamente as relativas à “Educação e ResPublica”. Outro centenário que pretendemos celebrar é o do Dia Internacional da Mulher, estando já previstas algumas iniciativas promovidas ao nível das Direcções Distritais. Dentro das nossas possibilidades e da oportunidade da sua realização, o SPN estará ainda disponível para outras actividades culturais próprias ou para a divulgação de outras que valorizemos devidamente e/ou de que os sócios possam usufruir.

Considerando a importância do reforço dos laços de solidariedade aos vários níveis, continuamos a valorizar a área da educação para o desenvolvimento, dirigida a actividades em torno da defesa da paz, da cooperação com outros trabalhadores e outros povos, da luta pela igualdade de direitos, contra o racismo e a xenofobia, reforçando um projecto orientado para a ideia de que é possível um mundo mais justo, menos assimétrico e mais projectado para o bem-estar e para a criação de condições de vida condignas para todos os povos.

Continuaremos a valorizar os espaços em que participamos, nomeadamente, as estruturas da CGTP-IN (que este ano comemora o 40º aniversário), a Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública e a Confederação Nacional de Acção Sobre o Trabalho Infantil (CNAsti), cujos órgãos sociais o SPN passou recentemente a integrar. Além disso, participaremos nas iniciativas do movimento sindical unitário (25 Abril, 1º Maio), bem como nas jornadas de luta que eventualmente venham a ser desenvolvidas; manteremos relações de proximidade com as organizações sindicais congéneres da Galiza e, em representação da Fenprof, continuaremos a intervir activamente no espaço internacional: CPLP-Sindical Educação, Comité Sindical Europeu de Educação e Internacional de Educação. Mais especificamente, e na medida das suas possibilidades, continuaremos a realizar actividades decorrentes de dois protocolos de cooperação com sindicatos regionais de Angola e de Cabo Verde.

Este Plano de Actividades está conforme à proposta de Orçamento que o acompanha [ver pág. seguinte], mesmo admitindo-se que a actividade sindical é muito conjuntural e, por isso e em certa medida, imprevisível. À semelhança do esforço que tem sido feito em anos anteriores, a Direcção do SPN procurará manter a situação de estabilidade financeira, através de uma tendencial contenção de despesas, mas sem nunca pôr em causa a actividade sindical. ▶

Orçamento do SPN para 2010

CUSTOS FUNCIONAMENTO ESTRUTURA	1 529 700,00	INVESTIMENTOS	145 000,00
ENCARGOS SALARIAIS	1 040 000,00	EQUIPAMENTOS	20 000,00
HONORÁRIOS	140 000,00	SEDES / SPN	75 000,00
INSTALAÇÕES	100 000,00	VIATURAS	50 000,00
<i>encargos diversos</i>		ACTIVIDADE SINDICAL	754 750,00
<i>pequenas obras / reparações</i>		FUNCIONAMENTO ESTRUTURA DIRECÇÃO	74 250,00
Comunicações	119 100,00	<i>despesas de coordenação</i>	7 500,00
<i>telefones/fax</i>	13 000,00	<i>Comissão Executiva</i>	17 500,00
<i>telemóveis</i>	55 000,00	<i>Conselho Fiscal</i>	750,00
<i>internet</i>	35 000,00	<i>despesas de representação</i>	7 500,00
<i>assinaturas</i>	15 000,00	<i>outros organismos</i>	26 000,00
<i>tv cabo</i>	1 100,00	<i>Corpos Gerentes</i>	15 000,00
DESPESAS BANCÁRIAS	30 000,00	DEPARTAMENTOS	357 500,00
REPARAÇÕES E ASSISTENCIAS TÉCNICAS	20 000,00	<i>Apoio a Sócios</i>	125 000,00
<i>viaturas</i>		<i>Educação para o Desenvolvimento</i>	7 500,00
<i>viaturas - dirigentes</i>		<i>Organização Sindical</i>	130 000,00
<i>outro equipamento</i>		<i>Informação</i>	90 000,00
OUTROS CUSTOS DE FUNCIONAMENTO	57 600,00	<i>Ensino Superior</i>	5 000,00
<i>material de escritório</i>	10 000,00	MEIOS DEINFORMAÇÃO	245 000,00
<i>garagem / estacionamento</i>	43 000,00	<i>SPN-Informação</i>	120 000,00
<i>serviços informáticos</i>	4 000,00	<i>a Página da Educação</i>	120 000,00
<i>diversos</i>	600,00	<i>sítio da internet (www.spn.pt)</i>	5 000,00
SEGUROS	23 000,00	DIRECÇÕES DISTRIAIS	78 000,00
QUOTIZAÇÕES	460 700,00	<i>Aveiro</i>	10 750,00
FENPROF	270 000,00	<i>Braga</i>	18 500,00
CONFED. PORTUG. QUADROS	11 000,00	<i>Bragança</i>	11 500,00
UNIV. POP. PORTO	1 200,00	<i>Porto</i>	24 750,00
INST. IRENE LISBOA	0,00	<i>Viana do Castelo</i>	6 000,00
CNASTI/ATTAC	500,00	<i>Vila Real</i>	6 500,00
CGTP-IN	135 000,00	TOTAL DE CUSTOS	2 902 150,00
UNIÕES DE SINDICATOS	43 000,00	TOTAL DE RECEITAS	2 913 170,00
INICIATIVAS CONJUNTAS / SOLIDARIEDADE	12 000,00		11 020,00
FRENTE COMUM	1 000,00		
CGTP-IN	5 000,00		
CONFED. PORTUG. QUADROS	1 000,00		
OUTRAS INICIATIVAS / SOLIDARIEDADE	5 000,00		

Sindicato dos Professores do Norte

CONVOCATÓRIA

27 DE JANEIRO DE 2010 - ASSEMBLEIA-GERAL ORDINÁRIA DE SÓCIOS

De acordo com os Estatutos do Sindicato dos Professores do Norte (SPN), convoco uma Assembleia-Geral Ordinária de Sócios, descentralizada, para o dia 27 de Janeiro de 2010, com início às 16h30, a realizar na sede do SPN, no Porto, e nas sedes das Delegações, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Apreciação e votação do Plano de Actividades e Orçamento do SPN para 2010

Se à hora indicada não houver quórum, a Assembleia-Geral realizar-se-á meia hora mais tarde, com qualquer número de presenças.

Porto, 21 de Dezembro de 2009.

A Presidente da Mesa da Assembleia-Geral, Ana Maria Brito Jorge

“Nenhum dever é mais importante que a gratidão” (Cícero)

Testemunho de gratidão ao Adriano

“O coração faz o carácter”, era Eça quem o dizia; raras serão as pessoas cuja memória, pelo seu carácter e humanismo, suscitará tamanha unanimidade como a do nosso colega e amigo Adriano Teixeira de Sousa. Temos vindo a ler depoimentos sensibilizados e merecidos retratando todos eles, sem excepção, as variadas facetas da sua personalidade, sob o ponto de vista humano, intelectual e social.

Face à sentida emoção da sua ausência será difícil compor um testemunho lúcido que, relevando a pessoa que o Adriano foi para todos aqueles que, como nós, com ele privaram, dê uma ideia da sua superioridade intelectual, da sua inegável maestria relacional, que lhe permitia estabelecer pontes e gerar consensos quando tudo pareceria perdido, e da sua invulgar capacidade de luta, de que, aliás, deu sobejas provas nos últimos tempos da sua vida. Mas não podemos deixar de o fazer, embora, provavelmente, este nosso depoimento carregue consigo muito de um profundo sentimento de gratidão dos nossos corações para com a memória deste nosso amigo, companheiro de muitos e sofridos anos. Esse é um valor que sempre quereremos preservar.

Em finais dos anos oitenta, com o apoio da direcção do Sindicato dos Professores do Norte, tomou para si, para além de outras, a causa dos professores vinculados com habilitação suficiente. Particularmente no que nos diz respeito, a situação dos docentes de Educação Física foi-se arrastando no tempo, sem solução visível, enquanto aos restantes grupos de docência era facultado o completamento da respectiva formação. A partir do momento em que liderou o processo tudo foi diferente. Estabeleceu os contactos necessários, tomou as iniciativas adequadas, lutou ao nosso lado, acreditou e fez-nos acreditar. Graças ao seu empenho pessoal, tenacidade e perseverança, inteligência e capacidade de diálogo, uma janela se abriu para uma solução de trabalho condigna e muito esperada.

Lutámos contra o Ministério, principalmente nas pessoas de assessores e secretários de assessores, cujas posições muitas vezes denotavam má vontade em relação à nossa causa. Batemo-nos contra a política da Universidade Aberta, que sempre e somente quis ganhar dinheiro à nossa custa. Apelámos ao Provedor de Justiça, que invariavelmente pautou a sua acção por uma grande condescendência para com o Ministério da Educação e a Universidade Aberta e sempre aceitou como boas as convenientes alegações destas entidades. Recorremos a todos os meios legais para fazermos ouvir o nosso clamor por justiça. Escrevemos para os jornais e pedimos ajuda aos deputados a título individual e aos grupos parlamentares. Em todas estas frentes o Adriano esteve sempre connosco.

Promoveu variadíssimas reuniões nacionais dos professores envolvidos, reuniu com os sucessivos Reitores da Universidade Aberta, negociou com os Directores Gerais dos Recursos Humanos do Ministério da Educação, falou com Ministros, Secretários de Estado e Assessores, elaborou e calendarizou planos para a possível conclusão do processo, propôs legislação, obtive o apoio dos serviços jurídicos da estrutura sindical para acompanhar os processos de reclamações contra decisões já tomadas, redigiu circulares dando-nos conta da (não) evolução da situação, mas sempre com uma palavra de esperança.

Foram quase vinte anos de luta contra a indiferença e até contra alguma medíocre animosidade. Felizmente, teve ainda a oportunidade de viver a conclusão do processo por muitos de nós, e pudemos ainda testemunhar-lhe o nosso profundo reconhecimento e agradecimento. Mas nunca será demais expressar bem alto a nossa gratidão. Obrigado, Adriano.

Não queremos esquecer-lo e não esqueceremos nunca.

A forma como encarou e viveu a traiçoeira e fulminante doença que o atacou mostrou a sua enorme dimensão humana; a sua trajectória de vida e o seu modo de ser e estar impõem-se-nos como exemplos de força e de carácter.

Todos nós, seguramente todos os que privaram com ele ou com ele trabalharam, podemos dizer que tivemos um grande amigo em comum, o Adriano. Todos nós, e muitos mais, chorámos a sua perda e curvamo-nos perante a sua memória.

A atribuição do seu nome à sala onde tantos anos trabalhou permitiria perpetuar o seu nome, constituindo mais uma homenagem, embora singela, que tanto honraria a Direcção do nosso Sindicato (a que ele sempre pertenceu), os professores e os ideais por que sempre lutou. ▶

Fernando Gonçalves
Fernando Jorge Oliveira
Regina Oliveira
Zaida Santos



AR

Um país desigual que as GOP não vão mudar

O governo apresentou recentemente as Grandes Opções do Plano para 2010-2013. A análise do projecto permite concluir que as desigualdades no país – bem demonstradas num estudo do INE – não se vão alterar nos próximos anos.

A concretizarem-se, as GOP esgotarão a capacidade financeira do Estado para apoiar eficazmente as regiões menos desenvolvidas.

O Instituto Nacional de Estatística (INE) divulgou no fim do ano passado um “*Estudo sobre o poder de compra concelhio*” que quantifica o poder de compra médio por habitante de cada concelho em relação ao poder de compra médio *per capita* nacional (em 2007), revelando profundas desigualdades entre os portugueses que vivem nas diferentes regiões do país. Entretanto, como as dificuldades e as desigualdades se têm agravado nos últimos anos, a situação actual não será, certamente, melhor.

De acordo com os dados do INE, o poder de compra médio de um habitante da Região Norte é 86,24% do poder de compra médio *per capita* nacional (100%); o da Região Centro é 83,76%; o da Região de Lisboa é já 136,85% (ou seja, é superior ao poder de compra *per capita* médio nacional); o da Região do Alentejo corresponde a 87,33%; o da Região do Algarve é de 103,65% (tal como Lisboa, é superior à média nacional. Nas regiões autónomas, o poder de compra médio de um habitante é de 83,62% e 95,46% do poder de compra médio *per capita* nacional, respectivamente nos Açores e na Madeira.

Uma análise mais fina, por sub-regiões, permite concluir que as desigualdades são maiores e mais evidentes. Assim, o poder de compra médio de um habitante da região do Tâmega é apenas 61,34% do poder de compra médio nacional, enquanto na região da Grande Lisboa é 147,87% – ou seja, 2,4 vezes superior ao de um habitante da região do Tâmega.

E se a análise for por concelho – que é o nível de análise mais desagregado que os dados do INE permitem –, a desigualdade é ainda maior: o poder de compra médio *per capita* no concelho de Lisboa é 235,74% (muito mais do que a média nacional), enquanto o de um habitante do concelho de Santana (Madeira) corresponde apenas a 49,55%. Dito de outro modo, o poder de compra de um lisboeta é 4,7 vezes superior ao de um santanense.



AR

As palavras e os números

Num discurso que fez no Pinhal Interior (10 de Janeiro), José Sócrates afirmou que o Governo “aposta no investimento contra a humilhação e a marginalização do interior”. Mas comparemos as palavras do primeiro-ministro com a forma como têm sido distribuídas por distrito as verbas do PIDDAC, que é o plano de investimentos e despesas mais importante da Administração Central.

No período 2005-2009, as verbas totais do PIDDAC – que tem como objectivo combater as assimetrias regionais – sofreram uma forte redução de 39,6%, isto em valores nominais, porque em valores reais, ou seja, entrando com os efeitos da inflação, a diminuição foi ainda maior. Entre 2005 e 2009, segundo dados dos relatórios dos Orçamentos do Estado, as verbas totais do programa passaram de 6.724 milhões de euros para apenas 4.061 milhões.

Se a análise for feita por distritos, constata-se que os mais afectados por cortes nas verbas para investimentos públicos foram precisamente alguns dos menos desenvolvidos. As verbas para investimento público diminuíram em 56,2% para o distrito de Aveiro, 46,9% para Beja, 45,2% para Braga, 68,1% para Castelo Branco, 61,3% para Évora, 46,3% para a Guarda, 62,9% para Leiria, 73,2% para Santarém, 43,8% para Viseu; e 77,2% para a Madeira – portanto, reduções todas elas superiores à diminuição do valor total do PIDDAC no mesmo período, que foi de 39,6%.

Estado descapitalizado

Entretanto, o Governo apresentou recentemente o projecto “Grandes Opções do Plano 2010-2013”. A sua análise mostra que as desigualdades não se vão alterar nos próximos anos. Embora uma das grandes linhas de acção seja “promover o investimento de iniciativa pública”, os grandes investimentos públicos são, fundamentalmente, em transportes e comunicação – alta velocidade ferroviária, novo aeroporto de Lisboa, portos e plataformas logísticas, estradas (mais auto-estradas) e banda larga –, a que se juntam barragens e “intervenção em 17 hospitais em regime de parceria público-privada”. Ora, a concretizar-se, tudo isto esgotará a capacidade financeira do Estado para apoiar eficazmente as regiões menos desenvolvidas – Estado cuja situação é agravada pelo descalabro actual das receitas fiscais, fruto também do aumento da evasão/fraude fiscal, a que ninguém parece dar importância.

Eugénio Rosa (adaptado)

Nota: Mais dados sobre este estudo podem ser acedidos em www.eugeniorosa.com. O autor é economista, membro do Gabinete de Estudos da CGTP-IN e responsável pelo Gabinete Técnico da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, e prepara tese de doutoramento sobre “Grupos Económicos e Desenvolvimento em Portugal no Contexto da Globalização”. ▶

Ataque sen precedentes ao galego no ensino

O pasado 30 de Decembro, en plenas vacacións de Nadal, o presidente da Xunta de Galiza, Sr. Feijoo, presentou “As bases para a elaboración do decreto do plurilingüismo no ensino non universitario”. Estas bases de decreto son o colofón de todo un proceso de involución e persecución permanente ao idioma galego, cuxo obxectivo é procurar eliminarlle todos os resortes legais e lexislativos que fo conquistando. O Partido Popular (PP), nesta nova etapa, marcouse como un obxectivo político prioritario reespañolizar e recolonizar Galiza. Nesta pretensión uniformizadora, sabedores de que o idioma é o elemento de cohesión nacional imprescindible e fulcral para avanzar no autogoberno e acadar a emancipación nacional, é onde hai que situar a persecución e fobia contra o noso idioma e de todo o que nos conforma e nos fai galegos. Isto explica que, cunha eficacia e celeridade inaudita e sen precedentes, proceda a atacar e a reducir a presenza do galego no ensino.

Así, eliminou a obrigatoriedade de realizar unha proba en galego para acceder á función pública, eliminou a obriga de impartir, en educación infantil, como mínimo un 50% en galego en contextos español-falantes; desmantelou o modelo educativo de galescolas para os nenos e nenas de 0 a 3 anos, reduciu os premios á innovación en normalización lingüística, eliminou as axudas á tradución e aos programas de inmersión en galego na Educación Infantil, reduciu as axudas aos equipos de normalización, e os orzamentos deste ano dedican un 20% menos á normalización que os do ano 2009. Estes son só algúns exemplos dos agravios e persecucións ao noso idioma no ensino en só medio ano de goberno do PP.

Fundamentan a súa estratexia na mentira da imposición e na invención dunha realidade sociolingüística inexistente segundo a que, supostamente, a lingua nacional goza dos mesmos dereitos, alcanzou os mesmos usos sociais e prestixio que a realmente imposta, o español.

Campañas e mobilizacións intensas

Os ataques do goberno tiveron unha resposta histórica da nosa sociedade, que foi capaz de albiscar a gravidade da actual situación para o futuro da nosa lingua. Así se explican as multitudinarias manifestacións convocadas o 18 de Maio de 2009 pola *Mesa pola Normalización Lingüística* e o 18 de Outubro pola plataforma *Queremos Galego!*, na que conflúen máis de 600 entidades de diferentes ámbitos da sociedade.

Queremos Galego!, da que a CIG-Ensino é membro, é xa unha ferramenta indispensable para facer fronte a este agravio, e está a desenvolver un traballo intenso con diferentes actividades, campañas e mobilizacións; destacando a manifestación en Compostela, do 18 de Outubro, na que participaron máis de 50.000 persoas, a concentración do día 30 de Decembro en contra da derogación do decreto 124/2007 que, coincidindo coa presentación da proposta



O Goberno da dereita agradece ao idioma da Galiza e persegue a súa eliminación como lingua útil, desterrándoa do sistema educativo e despoxándoa de todos os dereitos, de tal maneira que non gañe novos falantes entre as xeracións máis novas.



do novo decreto e cunha convocatoria feita en menos de 48 horas, concentrou en a capital de Galiza a miles de persoas. Agora ten como traballo prioritario a recollida de sinaturas dunha Iniciativa Legislativa Popular que proximamente presentaremos no parlamento.

A proposta de bases para o decreto nin alcanza o disposto no Estatuto de Autonomía, aprobado hai 29 anos, que no seu artigo 5.3 establece que “os poderes públicos potenciarán o emprego do galego en todos os niveis da vida pública, cultural e informativa e disporán dos medios necesarios para o seu coñecemento”, e supón un incumprimento da Lei de Normalización Lingüística de 1983 que establece no seu artigo 3.2 que “as autoridades educativas arbitrarán as medidas encamiñadas a promover o uso progresivo do galego no ensino”. Trátase dunha proposta involutiva que nos retrotrae á época franquista e ao decreto de bilingüismo de 1979, causante de conflitos, persecución e expedientes disciplinarios contra o profesorado, polo único delito de impartir as aulas en galego.

Unha proposta involutiva

No texto, o ensino en galego pasa, no mellor dos casos, dun 50% a un 30%; mais, sabemos por experiencia que estas porcentaxes non se alcanzarán na maioría dos centros e o galego pasará a ser a lingua daquelas materias menos recoñecidas e valoradas social e academicamente. En Educación Infantil, elimínase a obriga do 50% de presenza do galego nos contornos castelán falantes, polo que, na práctica, o galego desaparecerá destas aulas. En Primaria, o galego pasa a ser unha lingua residual, ao deixar de ser o idioma de docencia de materias como Coñecemento do Medio, que se viña impartindo en galego desde 1987, e de Matemáticas. Na ESO [*Educação Secundária Obrigatória*], expúlsase o galego de materias como Ciencias Sociais, tamén impartidas en galego desde o ano 1987, Matemáticas e Ciencias da Natureza, entre outras, e no Bacharelato e na FP [*Formação Profissional*] a proposta remite a tempos anteriores á orde de 1987, en que se recollía nominalmente que dúas materias se tiñan que impartir en galego.

O goberno galego desenténdese de calquera proceso de normalización, trasladándolles ás familias a responsabilidade de decidir, sempre que non se supere un terzo, o uso do noso idioma no ensino, o que comportará incumprimentos permanentes e conflitos entre o profesorado e pais. Esta desregulación do sistema educativo obedece à aplicación da doutrina neoliberal na ordenación e planificación escolar para así marxinar, aínda máis, o galego na docencia.

Fronte a todo isto a CIG-Ensin, organización sindical maioritaria do profesorado galego, considera imprescindible continuar a loita e a mobilización. ▶

Notas:

1. A mais recente acción de luta da *Plataforma Queremos Galego!* contra o decreto foi una paralización no ensino, convocada para o día 21 de Janeiro, quando esta edición já estará concluída.
2. ESO é o sistema de Ensino Secundário Obrigatório definido pela LOE de 2006, “Ley Orgánica 2/2006, de 3 de Mayo, de Educación”, que establece a obrigatoriedade de frecuencia do ensino até aos 16 anos. Organizada em dois ciclos de 2 anos, é a fase de aprendizagem posterior ao Ensino Primário, tendo como obxectivo preparar os alumnos para estudos secundários não obrigatórios ou para o ingreso no mundo laboral (Bacharelato e Formação Profissional), desenvolvendo-se entre os 12 e os 16 anos.

Anxo Louzao Rodríguez
Secretario Nacional da
Federación do Ensino da
Confederación Intersindical
Galega, CIG-Ensin



Ana Alvim

A febre da avaliação

Uma cultura da avaliação? O que têm em comum a criança, o ministro, o investigador, o médico, o polícia? Todos podem, hoje, ser “avaliados”. As avaliações, enquanto complemento ou desenvolvimento das tradicionais notações e apreciações, implantaram-se particularmente na área da educação. São avaliados os alunos, mas também o ensino, as escolas, os sistemas educativos nacionais e a polémica e as discussões inflamadas acompanham tanto a avaliação dos alunos como a dos professores, como, ainda, a dos programas e dos seus resultados.

De facto, de há cerca de trinta anos a esta parte, a avaliação tem vindo a afirmar-se no âmbito de um poderoso movimento de reforma das políticas públicas e, agora, tudo é avaliado, desde hospitais a investigadores, universidades, serviços de segurança, psicoterapias. Pode mesmo dizer-se que entramos numa “cultura da avaliação” que se estende a diversas áreas. Mas se o princípio da avaliação (que consiste em evidenciar o valor de um serviço ou de uma relação) não é, de um modo geral, contestado, já o modo de gestão que a encarna é, muitas vezes, rejeitado. Daí que avaliação rime tanto com racionalização (esperada pelos avaliadores) como com exasperação (vivida pelos avaliados).

A implantação progressiva da avaliação alimenta as esperanças daqueles que esperam dela uma contribuição para a melhoria das actividades humanas. Ao mesmo tempo, suscita críticas, e até mesmo discussões virulentas, porque nem tudo é passível de ser avaliado. No fundo, a questão da avaliação reduz-se a uma problemática clássica, ligada a uma fórmula conhecida, ainda que sem paternidade bem definida: aquilo que tem valor nem sempre tem preço e nem tudo o que tem preço tem, necessariamente, valor. Uma das principais tensões provocadas pela avaliação reside, efectivamente, na sua propensão para a quantificação.

Em França, a institucionalização progressiva da avaliação como elemento da performance dos serviços públicos é vista como a introdução das teorias e das ferramentas do *New Public Management* [paradigma de gestão desenvolvido nos anos 80, principalmente em países anglo-saxónicos, que privilegia os resultados em detrimento dos processos]. Tendência à qual Portugal também não parece “querer” ficar alheio... Cá como lá, a avaliação é omnipresente – celebrada ou criticada, constitui uma prioridade nas políticas públicas.

O que é avaliar? Para os economistas ou para os contabilistas, avaliar é, em primeiro lugar, fazer estimativas sem necessidade de uma apreciação política. Para os engenheiros, a avaliação é a medida de essência técnica, física e matemática. Para os professores, avaliar é emitir uma apreciação, frequentemente representada por uma nota. Mas a avaliação não pode limitar-se a uma notação.

A operação de avaliação consiste, financeiramente, em calcular um valor a partir de dados e de critérios determinados. Concretamente, avaliar é, antes de mais, estabelecer um preço para um determinado bem, um lucro ou um prejuízo. Termo, hoje, mais generalizado do que estimativa ou apreciação, a avaliação já não é exclusivamente uma simples medida de custo, de resultado ou de conformidade. É um conjunto de procedimentos através dos quais os avaliadores possam formular uma opinião, ou mesmo um juízo, sobre a adequação de um programa, de uma política, de uma actividade aos objectivos que lhes foram definidos.

A avaliação não é uma disciplina com abordagens e métodos próprios, formatados. É, antes, uma ferramenta de apoio à decisão, um instrumento de gestão.

Quem deve avaliar? A avaliação deve ser feita por especialistas e gabinetes privados? Ou faz parte das funções dos eleitos e dos representantes? O voto não será, em última análise, a melhor das avaliações de determinada política? Estas questões revelam a ligação problemática existente entre avaliação e democracia.

Pierre Rosanvallon, no seu novo ciclo de trabalhos sobre a democracia, lembra que o cidadão é simultaneamente eleitor e juiz e que a legitimidade democrática depende, ao mesmo tempo, da eleição e da administração. O mesmo autor demonstra que, na realidade, todos os processos de avaliação relevam, em certa medida, do julgamento político e que este, sob as suas diferentes formas, é também em certa medida uma avaliação.

Na sua "exploração do universo contra-democrático", Rosanvallon sublinha a passagem de uma democracia de confrontação e de representação para uma democracia de imputação. Os governantes não devem unicamente apresentar e pôr em prática programas e ideias, devem também prestar contas e estar atentos. Eles são avaliados sobre a sua legitimidade, as suas capacidades e os seus desempenhos; e estes são cada vez mais questionados e postos em causa. A desconfiança, que é uma das fontes que explicam a necessidade de avaliações, autoriza pressões e permite correcções.



Ana Alvim

Avaliar para quê? O antigo Conselho Superior de Avaliação francês distinguia três funções para a avaliação:

- num plano "cognitivo", a avaliação consiste em construir, adquirir e partilhar conhecimentos; deve permitir uma melhor inteligência dos problemas tratados;
- num plano "normativo", a avaliação tem por ambição fundamentar juízos e preconizar escolhas; deve ser um instrumento de apoio à decisão;
- num plano "instrumental", a avaliação deve estar na origem de transformações e melhorias; só se justifica se conduzir a decisões mais rigorosas e a uma melhor utilização dos recursos.

Visando um conhecimento melhorado, uma comunicação mais adaptada, uma condução das políticas mais ajustada, a avaliação pode, na realidade, ter três utilizações distintas:

- utilização regulamentar: avalia-se porque está definido no regulamento – trata-se, aqui, de uma avaliação "ritual", sem necessariamente grande implicação, nem utilidade;
- utilização de gestão: as conclusões podem tornar-se importantes suportes de decisão;
- utilização social: os resultados da avaliação são públicos, tendo em vista sua discussão no debate social.

Uma problemática importante e sensível é a da avaliação da avaliação. Como "avaliar" os fundamentos, os métodos e os resultados de uma actividade ou de uma postura que preconiza, precisamente, introduzir informação, confrontação e inflexão em qualquer actividade? O que parece garantido é que não se pode avaliar sem que sejam fixados objectivos, quer estes sejam considerados legítimos ou não. Em suma, sem fixação de objectivos é impossível conceber uma medição de resultados. A grande questão reside na pertinência dos objectivos e dos indicadores.

Pode a avaliação provocar efeitos perversos? A institucionalização da avaliação conduz à generalização dos indicadores de “resultados”. Esta extensão é muitas vezes rejeitada por conduzir a uma ditadura do indicador, indutora de uma burocracia de controlo inútil. Dá lugar a um aumento das tarefas, a uma abstracção e a uma burocratização dos procedimentos.

Assim, os professores têm de preencher cada vez mais documentos, em número e em detalhe, sobre as aquisições dos alunos, em detrimento do tempo que lhes deveria ser efectivamente consagrado.

No caso da polícia, a avaliação com base em indicadores oficiais conduz a uma política do número, quando se trata de atingir resultados sobre determinadas infracções, em detrimento de objectivos mais gerais, mas menos quantificáveis, como, por exemplo, a manutenção da ordem social.

A avaliação muda, também, o sentido do trabalho, tanto do avaliado (que vai procurar corresponder às expectativas do avaliador) como do avaliador (a quem são confiadas novas responsabilidades de avaliação, para além do seu trabalho principal).

Forçados a prestar contas detalhadas, todos os empregados, do sector público ou do privado, vêem as suas actividades mais formatadas e direccionadas em função de padrões de avaliação, e já não necessariamente em função dos objectivos primordiais da instituição onde as exercem. À força de procurar a medida e o aumento da produtividade, a avaliação pode conduzir a uma baixa da produção e do envolvimento.

O risco da ditadura do indicador é, portanto, muito elevado, tornando a avaliação impossível, por ninguém aderir à sua operacionalização e à sua ambição. Há, no entanto, uma possibilidade de utilizações democráticas do indicador, mas só se este for discutido, partilhado e apropriado. Mas a avaliação relevará sempre mais do poder do que do saber. Não há avaliação pura, desligada de contingências e perfeitamente objectiva. Por outro lado, não poderá mais haver progresso mensurável sem avaliação. Compreendida e bem delimitada nos seus objectivos, a avaliação pode ser celebrada. Obscura e reduzida à preocupação única de racionamento, é rejeitada. ▶

Julien Damon
(tradução de Helena Miranda)



Ana Alvim



JULIEN DAMON. Professor Associado da Universidade da Sorbonne - Paris I, faz parte do Conselho Doutoral da Faculdade de Ciências Políticas. É administrador da Agência das Solidariedades Activas e membro do Conselho Nacional das Políticas de Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social e do Conselho Científico da Missão de Investigação “Direito e Justiça”. Integra, ainda, diversas missões de conselho e auditoria sobre a evolução da protecção social e das políticas urbanas. Como autor, as suas publicações mais recentes são «*Vivre en ville.*

Observatoire mondial des modes de vie urbains» e «*L'exclusion*» (Puf, 2008). É/foi membro do Conselho de Redacção ou do Conselho Científico de várias revistas, mantendo uma crónica mensal no diário «*Les Échos*». O texto original (*La fièvre de l'évaluation*) foi publicado na revista «*Sciences Humaines*» nº 208, de Outubro/2009. ▶



Uma questão de método

A avaliação não é um procedimento uniforme, devendo adaptar-se ao seu objecto. Para isso, é possível pôr em evidência dois tipos e três momentos de avaliação.

Relativamente aos tipos, podemos claramente distinguir:

- avaliação do processo: foram seguidos todos os procedimentos? e utilizados com pertinência todos os recursos?
- avaliação do impacto: o programa conduziu aos resultados previstos? a acção realizada teve as consequências desejadas?

No que se refere aos momentos, podemos considerar três etapas:

- *ex ante*: são os estudos prévios do impacto; a avaliação passa pela previsão, projecção, prospectiva, experimentação;
- *in itinere*: realizada no decurso de uma actividade, consiste, no caso das empresas, no simples acompanhamento das tarefas; no caso dos alunos, vai desde as apreciações durante o percurso escolar até aos resultados de exames e concursos;
- *ex post*: avaliação final, realizada no termo de um programa ou de uma actividade

– é a mais sensível e controversa, porque é preciso decidir que o que é para avaliar está terminado.

Em que momento se interrompe uma relação de trabalho social ou de cuidados de saúde? Quando acaba, verdadeiramente, uma política pública?

Quando a avaliação provoca o protesto

Nos últimos anos, em França, vários relatórios e inquéritos de base avaliativa foram objecto de vivas controvérsias.

Em Fevereiro de 2004, o Instituto Nacional da Saúde e da Investigação Médica publicou uma auditoria colectiva sobre as psicoterapias, onde são comparadas três abordagens distintas: as terapias psicodinâmicas, que têm a psicanálise como referência, as terapias cognitivo-comportamentais e as terapias familiar e conjugal.

O relatório evidencia, globalmente, com base numa série de perturbações mentais (esquizofrenia, ansiedade, autismo, hiperactividade,...), uma maior eficácia das terapias cognitivo-comportamentais, seguidas, em menor grau, das terapias familiares. Segundo os autores do relatório, a eficácia das terapias psicodinâmicas, pouco estudadas, é raramente provada.

As reacções a esta avaliação fizeram-se logo sentir, e de um modo violento, sobretudo nos meios psicanalíticos. Primeiro, porque o campo de estudo se limitou às doenças, quando a saúde mental ultrapassa largamente este âmbito. Por outro lado, não se teve em consideração as consultas em consultórios privados. Por fim, o facto de se considerar como indicador de medida a melhoria do estado do doente (em comparação com outro que não seguiu qualquer terapia) impede a consideração do facto, muito frequente, segundo o qual uma terapia nem sempre cura o doente, mas impede-o de piorar.

Entretanto, os inquéritos PISA realizados pela OCDE – que comparam regularmente os desempenhos de alunos de 15 anos de cerca de trinta países – são fortemente criticados: lógica de ordenação extremamente redutora, medição de competências escolares culturalmente descontextualizadas, etc. Reputados sociólogos da educação (François Dubet, Christian Baudelot e Roger Establet) defendem, no entanto, a qualidade destes estudos, que realçam particularmente uma característica francesa: uma distância muito acentuada entre os (muito bons) desempenhos das elites e os (mediócras) de uma grande franja da população jovem, rapidamente confrontada com o insucesso. ▶

J.D. / H.M.

Para uma memória futura



Na sequência de um trabalho de investigação, um professor da Universidade do Porto construiu uma plataforma digital vocacionada para a construção de uma Memória Cultural Futura. Partindo do princípio de que o documento fotográfico torna possível um encontro entre passado e presente numa direcção de adiantamento – tornando esse presente memorável e estendido ao futuro –, aspira a ser um observatório desta época dirigido ao Futuro.

“memoriafutura.org” é uma plataforma documental encarada como rejeição a qualquer valor transcendental da História. Acredita-se na importância da imagem e da palavra e no conhecimento profundo das coisas, natural ou adquirido. O projecto parte de uma reflexão central – a possibilidade de o documental proporcionar uma visão do mundo a partir de um padrão individual, local, regional ou mundial, e dessa visão complexa poder nascer a configuração de uma memória futura.

Os interessados em participar no projecto podem enviar para

adriano@memoriafutura.org:

- **uma imagem no formato JPEG (máximo de 1024 pixels de largura);**

- **Um texto associado (máximo de 300 palavras), que contextualize a resposta à pergunta-chave do site:**

por que é que uma imagem deve sobreviver ao tempo?

A produção documental realizada até ao momento é acedível no site da plataforma (www.memoriafutura.org). ▶

O laço branco da perversão



A dimensão fascinante do cinema pode ser uma experiência imperdível, mas de quando em quando verifica-se. É o que acontece como uma realidade que vale a pena sentir, a partir do ângulo visual e narrativo do recente filme «O Laço Branco» (Michael Haneke, 2009) – “É num preto e branco esplêndido que se desenrola este filme impressionante e implacável” («Le Monde»).

A obra demonstra de forma cristalina como, para o bem e para o mal, a família e as comunidades locais podem constituir o microsistema onde se gera a ideologia dominante, bem visível na educação das crianças, e muitas vezes se funda a perve são humana.

A esse propósito, Haneke diz-nos que aqueles “que erguem os princípios de maneira absoluta se convertem em verdadeiros monstros. Naquela época, o protestantismo religioso era muito rígido e a educação muito austera. As autoridades eclesásticas e os pais incutiam às crianças um rigor moral que não aplicavam aos seus próprios actos. As crianças tornaram-se justiceiras porque acreditavam ser a mão direita de Deus. Aconteceu na Alemanha. E esta geração, 20 anos mais tarde, concebeu o Nazismo. Este filme não é apenas relativo às origens desse movimento, mas relativo a todos os terrorismos ideológicos, políticos ou religiosos”.

Um filme particularmente relevante para os profissionais da docência, porque demonstra o papel do professor (na época claro!) na gestão de um certo espaço social que lhe era reservado pelo seu papel empenhado.

Um filme que demonstra a capacidade de transgredir a ordem vigente no contexto de um pequeno território e daquele período histórico. Um filme que não se aconselha só pela mão cheia de prémios – “O Laço Branco” é um recurso pedagógico para que no futuro não se permitam crimes contra a humanidade. ▶

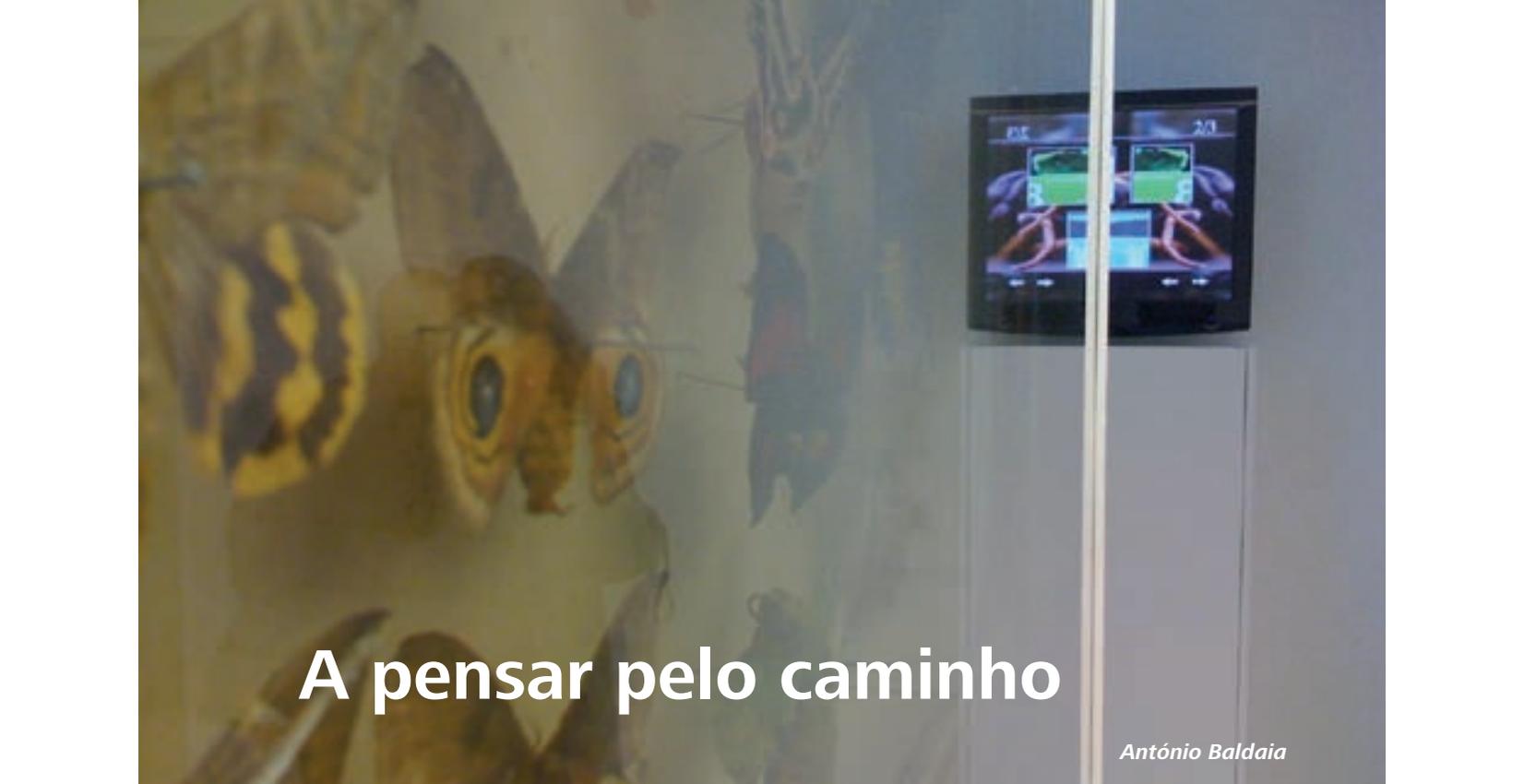
Sinais de fogo e liberdade



Já existe comprovação histórica para o facto de Jorge de Sena ter escolhido o itinerário decisivo na sua dedicação à literatura fora do seu país. Por um lado, o poeta soube resistir à ditadura do 24 de Abril; por outro, a seguir ao 25 de Abril, não pactuou com o *chico-espertismo* dominante em alguma elite intelectual. Foi, pois, com uma larga experiência de exílio que a sua obra foi construída.

Conhecido, essencialmente, como poeta, Sena ambicionou um grande projecto de ficção a que chamaria «Monte Cativo», e que nunca chegou a acabar. «Sinais de Fogo» fez/faz parte dessa ambição. Recentemente (re)publicado (Guimarães Editores), a actual edição foi enriquecida com um texto introdutório onde a viúva, Mécia, desvenda algumas particularidades da relação da ficção com o trajecto e a identidade literária de Sena.

Em «Sinais de Fogo» – primeira parte do que serão as suas «Obras Completas» – a narrativa cruza a experiência individual do protagonista, em crise amorosa, com a experiência mais colectiva do advento da Guerra Civil de Espanha e os consequentes reflexos na realidade do nosso país, sob a ditadura salazarista. Era 1936 e a guerra irrompia como uma realidade vizinha, através das discussões apaixonadas entre os turistas espanhóis que frequentavam as praias portuguesas. Jorge, o protagonista, atinge a idade adulta neste ambiente marcado pelos fogos ardentes das discussões, nas quais vai apurando a sua consciência de liberdade e revelando a sua queda para a poesia. ▶



A pensar pelo caminho

António Baldaia

AR

Estou aqui, a fechar, e a ver o João Paulo lá atrás, a abrir, com o Paulo Freire e o diálogo e a conscientização, e a necessidade de nos “socializarmos” mais, de comunicarmos melhor: nós, instituição-sindicato; nós, activistas; nós professores e educadores...

A gente do Governo deve ter estudado a cartilha apenas quando sentiu o tapete dos votos fugir-lhe dos pés, mas ainda foram a tempo de evitar o trambolhão e lá trocaram o ralhete pela voz maviosa, a boca cerrada pelo sorriso aberto...

E a outra gente, os do outro lado? Aqueles “nós” todos, ali em cima, ainda se lembrarão dela? De quando fomos 10, 25, 100, 120, sempre a miliar?

Por estes dias, tenho dado comigo a pensar que não... Que há qualquer coisa que escapa nesta outra coisa da comunicação, do diálogo, da conversa – e não me refiro à da treta.

Estou a lembrar-me, por exemplo, das ditas “redes sociais”. Há tempos, o meu telemóvel decidiu incompatibilizar-se comigo e, ao despertar numa manhã chuvosa, calou-se *ad aeternum*... Pensava eu. Mas uns dias depois, numa tarde de nevoeiro, ele ressurgiu da hibernação, qual dom sebastião celular, com as funções reactivadas. Como se nada se tivesse passado.

Mas passou-se. Acontece que naqueles dias de treva – e de trégua, valha a verdade, porque, embora não pareça a quem me vê gastar os dedos na produção *SeMeSótica*, nunca fui grande adepto dos tijolinhos das sms – fui a essas grandes superfícies comunicacionais anunciar ao mundo o meu isolamento. E, espanto dos espantos, o mundo não me respondeu...

É também por isso que não tenho a certeza de a receita milagrosa para a comunicação sindical, profissional, serem as redes, os mails e os blogues – fico sempre com a ideia de que do outro lado há efectivamente muito menos gente do que toda a gente diz que há. Gente cansada, gente sem tempo, gente que já não sabe “estar com”, ou não quer, porque é mais confortável não estar, ir ficando enquanto outros já lá vão. E depois, esses espaços são como as farmácias – há lá de tudo, bom e/ou mau, dependendo do uso e dos usuários.

O que me parece é que “a coisa” está mesmo na conscientização, no diálogo, no reforço ou reconstrução de identidades. Mas isso requer tempo e proximidade, inteligência relacional, capacidade afectiva...

Ser e estar mesmo, e não apenas virtualmente...

Mas, agora me dou conta, afinal, porque estarei eu aqui a tergiversar?

Tenho mesmo é que ir embora, para chegar a tempo de “fechar” esta revista que vos esmiúça – se não um acordo perfeito, se não um acordo histórico, se não mesmo um bom acordo e nem sequer um acordo à medida de cada um de vós – um acordo que traz inegáveis melhorias à condição colectiva e à carreira una de um conjunto profissional que somos NÓS.

Assim mesmo, de letra grande, porque o pecado maior da anterior *sinistra* terá sido mesmo, qual fada má de um qualquer livro de aventuras, transformar-nos em *uns* e *outros*, uns por cima dos outros, com as consequências que todos experimentámos, de alguma forma, e os efeitos colaterais que, muito provavelmente, ainda vão persistir durante alguns tempos.

A não ser que saibamos abrir mesmo novos caminhos e tenhamos vontade de os percorrer com a força colectiva que já demos provas de ter. E de SER. ▶



nesta edição

- a abrir
02. **Promover o diálogo na comunicação sindical**
- editorial
03. **Um ponto de partida**
- acção sindical
04. **Negociar, afinal, é possível**
06. **SPN esmiúça o acordo**
09. **Coisas de contexto que vão integrando o texto**
10. **Vozes públicas**
11. **Manchetes on line**
12. **A propósito da interrupção lectiva da Páscoa**
13. **Vamos cá falar do 1º Ciclo**
14. **ADSE e pensões**
- centrais
16. **Estrutura da Carreira Docente**
- notícias spn
18. **Plano de Actividades do SPN para 2010**
20. **Orçamento do SPN para 2010**
- memória spn
21. **Testemunho de agradecimento ao Adriano**
- nacional
22. **Um país desigual que as GOP não vão mudar**
- internacional
24. **Ataque sem precedentes ao galego no ensino**
- vemos, ouvimos e lemos
26. **A febre da avaliação**
- apostas spn
30. **Para uma memória futura | O laço branco da perversão |
Sinais de fogo e liberdade**
- a fechar
31. **A pensar pelo caminho**

spn
INFORMAÇÃO

DIRECTOR ABEL MACEDO

Ano XXV · II Série · N.º 36

Janeiro 2010 · 2 euros

spninfo@spn.pt